

**DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO REPUBLICANISMO
VOLUME I: A-E**

50
coleção PARLAMENTO

**DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M**

50
coleção PARLAMENTO

**DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z**

50
coleção PARLAMENTO



DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A Convenção Internacional de Paris de 20 de março de 1883, ratificada pelo Estado português no ano seguinte (carta de lei de 17 de abril de 1884) definiu o conceito de Propriedade Industrial como o conjunto de direitos atribuídos pelos governos a indivíduos ou a sociedades que compreendia as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas de fábrica ou de comércio, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de proveniência ou denominações de origem, bem como a repressão da concorrência desleal. Os membros signatários obrigavam-se a estabelecer nas suas administrações um serviço especializado de Propriedade Industrial e accordaram na criação de um órgão internacional, a União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, cujo âmbito de ação envolvia também a fiscalização das trocas internacionais bem como a ação de operadores internacionais. Em adenda àquela Convenção, ficava acordado que aquele conceito se deveria estender igualmente a toda a produção do domínio das indústrias agrícolas (vinhos, cereais, frutas, animais, etc.) e extractivas (minerais, águas minerais, etc.). Antes dessa data, os Congressos de Viena (1873) e de Paris (1878), bem como a Conferência Internacional realizada na capital francesa em 1880, estabeleceram as bases internacionais para a proteção mútua de inventos. Em 14 de abril de 1891, assinaram-se dois novos convénios, em Madrid, entre Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, França, Suíça, Guatemala e Tunísia sobre a falsa indicação de proveniência das mercadorias e marcas de fábrica ou de comércio entre os mesmos países. Mais tarde, outros países como os Estados Unidos e o império alemão aderiram à convenção.

No ano seguinte à ratificação desta Convenção, foi promulgada a legislação relativa à atribuição de patentes de «introdução de novas indústrias» em Portugal (decreto de 30 de setembro), à semelhança do que outros países periféricos já estavam a fazer para promover o seu desenvolvimento industrial, como era o caso da Itália. Em 1901, a legislação sobre o estabelecimento de novas indústrias ampliou-se à introdução de certos produtos agrícolas e estenderam-se às colónias algumas das disposições relativas à propriedade industrial.

A Convenção Internacional de 1883 foi revista em Bruxelas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911. Assim, em 1912, o Parlamento republicano tinha para aprovação e ratificação três convenções com um protocolo de encerramento, assinadas por Portugal e outras nações relativas à proteção da propriedade industrial, ao registo internacional das marcas de fábrica ou de comércio e à repressão das falsas indicações de proveniência, nas mercadorias. Os diplomas, que obrigavam a uma adequação da legislação industrial em vigor, foram apresentados ao Senado no último dia de março de 1913, com caráter de urgência, que os aprovou sem discussão. Foram estes acordos subscritos que vingaram durante a maior parte do período da I República, pois a Convenção de Washington só foi revista em finais de 1925, em Haia.

A legislação nacional de 1892, que estabeleceu as condições de atribuição de patentes de introdução de novas indústrias, foi apresentada como uma compensação dada à indústria para a proteção que tinha sido dada recentemente à produção de

Ferreira, José Medeiros – 609-615
 Freire, Dulce – 27-28; 58-59; 221-222;
 534-535; 1119-1123; 1138-1142

G

Garnel, Maria Rita Lino – 282-286
 Garrido, Álvaro – 251-258
 Gonçalves, Eduardo Cordeiro – 568-571
 Guimarães, Paulo – 398-402; 794-799;
 978-987

H

Henriques, Raquel Pereira – 751-752;
 827-828; 849-850; 850-851; 920-921;
 1103-1104
 Homem, Amadeu Carvalho – 388-397

J

Jerónimo, Miguel Bandeira – 441-442

L

Leal, Ernesto Castro – 54-55; 127-129;
 167-168; 170-171; 177-179; 179-183;
 195-196; 198-204; 262-265; 725-728;
 900-903; 903-905; 1042-1043;
 1046-1048

Leandro, Sandra – 272-273; 1090-1094

Leite, José Guilherme Reis – 41-42;
 916-918

Leite, Rita Mendonça – 412-424; 820-822;
 837-838; 847-849; 920; 946-947

Loff, Manuel – 502-503

Lopes, Fernando Farelo – 223-224

M

Madeira, João – 162-165
 Madeira, Lina Alves – 853-856
 Mântua, Ana – 460-461; 532-533; 723-724;
 914-915; 1100-1101
 Marques, Isabel Pestana – 362-366;
 706-707; 732-733; 734-735; 844-845
 Martins, Serafina – 343-347; 682-683
 Martins, Susana – 882-888
 Mata, Maria Eugénia – 260-261; 434-435;
 506-507; 698-699; 923; 992-994;
 1005-1006
 Matos, Ana Cardoso de – 1017-1022
 Matos, José Salgado – 150-161; 252-255

Matos, Sérgio Campos – 845-847
 Menezes, Filipe Ribeiro de – 384-388;
 1049-1053

Mesquita, Marieta Dá – 48-49; 816-817;
 965-966

Milhazes, José – 678-680

Monico, Reto – 562-564

Monteiro, José Luís – 857-858

Mota, Luís – 120-123

Moura, Lúcia de Brito – 892-893

N

Nascimento, Augusto – 742-751
 Navarro, Bruno J. – 42-43; 528-529;
 579-580; 697-698; 1086-1087;
 1113-1114; 1114-1116

Neto, Maria João – 150-154

Neto, Vítor – 43-45; 135-139; 753-761

Ninhos, Cláudia – 537-543

Novais, Noémia Malva – 594-609

Nunes, Ana Bela – 97-100; 478-483;
 486-490; 507-509

Nunes, João Arsénio – 471-475

Nunes, Maria de Fátima – 888-892

Nunes, Teresa – 476-478; 693-694;
 779-784; 958-962

O

Oliveira, Gonçalo Antunes de – 95-97;
 934-938

Oliveira, Leonor – 115-117

Oliveira, Pedro Aires – 548-552; 830-832

P

Palacios Cerezales, Diego – 101-104;
 287-290

Paulo, Heloísa – 274-275

Peixinho, Ana Teresa – 117-120; 710-712

Pereira, David – 261-262; 733-734; 799;
 842-844; 879-880; 911-912

Pereira, Joana Dias – 86-95; 688-689;
 825-826; 859-867; 1033-1034;
 1043-1044

Pereira, José Carlos Seabra – 32-38; 972-974

Pereira, José Morgado – 425-432

Pereira, Miriam Halpern – 311-316

Pestana, Maria do Rosário – 111-115

Pinto, Mabel – 241-242